



Revista de Administração da
Universidade Federal de Santa Maria
E-ISSN: 1983-4659
rea@smail.ufsm.br
Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

Andriolli, Elaine Marisa; da Silva Ávila, Silvia Regina; Wolf Sandri, Alessandra; de Castro
Felten, Amanda
Contabilizar para a sustentabilidade: estudo de caso em uma concessionária de veículos
da região norte do Rio Grande do Sul
Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, vol. 9, agosto, 2016,
pp. 76-87
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273446628006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONTABILIZAR PARA A SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY: A CASE STUDY IN A VEHICLE DEALER IN THE NORTH REGION OF RIO GRANDE DO SUL STATE

Data de submissão: 20-09-2015

Aceite: 15-07-2016

Elaine Marisa Andriolli¹

Silvia Regina da Silva Ávila²

Alessandra Wolf Sandri³

Amanda de Castro Felten⁴

RESUMO

O termo sustentabilidade é empregado para garantir que as atividades humanas sejam realizadas de forma a não comprometer o futuro. Nesse contexto, surge, também, a contabilidade ambiental como ferramenta inovadora para uma gestão sustentável, fornecendo informações que auxiliam a criar soluções para evitar ou diminuir os danos ambientais. Diante disso, este trabalho possui como objetivo destacar a importância da contabilidade ambiental, verificando se a concessionária Holanda Veículos de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, realiza registros da contabilidade ambiental, especificamente nas demonstrações contábeis. Os dados utilizados para este trabalho foram obtidos por meio de estudo de caso e observação *in loco*, incluindo análises dos demonstrativos contábeis dos anos de 2012 a 2014, fornecidos pela concessionária de veículos estudada, e por meio de uma entrevista semiestruturada de cunho exploratório descritivo, realizada no mês de novembro de 2014 com o gestor e proprietário da empresa. Os resultados evidenciaram que a empresa executa algumas práticas ambientais, porém ainda não possui a contabilidade ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade - Contabilidade Ambiental - Plano de Contas

1 Possui graduação em Administração pela Universidade de Passo Fundo, UPF, graduação em Licenciatura em Gestão e Negócios pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, especialização em Controladoria pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI e mestrado em andamento em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: elainemarisa@hotmail.com

2 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo, UPF, graduação em Formação Pedagógica para Professores da Educação B pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Angelo e graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Atualmente é professora de ensino técnico/médio - Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Passo Fundo. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: sylviaavilla@hotmail.com

3 Possui graduação em andamento em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: alew.sdi@gmail.com

4 UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

ABSTRACT

The term sustainability is used to ensure that human activities are carried out in order not to compromise the future. In this wider context, also arises, environmental accounting as an innovative tool for sustainable management by providing information demonstrating solutions to prevent or reduce environmental damage. This work aims to highlight the importance of environmental accounting, checking the concessionaire Netherlands Vehicles Palmeira of Missions, Rio Grande do Sul, holds records of environmental accounting, specifically in the financial statements. The data used for this study were obtained through case study and on-site observation including analysis of the financial statements of the years 2012 to 2014, provided by the car dealership studied and through a semi-structured interview descriptive exploratory nature, in November 2014, with the manager and owner of the company. As the results showed that the company performs some environmental practices, however, does not have the environmental accounting

Keywords: Sustainability - Environmental Accounting - Chart of Accounts

1 INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade é empregado para garantir que as atividades humanas sejam realizadas de forma a não comprometer o futuro. Nesse contexto, surge, também, a contabilidade ambiental como ferramenta para uma gestão sustentável, fornecendo informações que permitem desenvolver soluções para evitar ou diminuir os danos ambientais.

No decorrer dos anos, os problemas ambientais tornaram-se assunto de pauta no cotidiano social. De acordo com Bertoncello e Júnior (2007, p. 71), desde a década de 60, muitos trabalhos foram realizados em torno do tema da responsabilidade social, tendo em vista que a preservação do meio ambiente tendo é de grande importância e envolve tanto cidadãos comuns da sociedade quanto consumidores e empresas. Nesse sentido, a responsabilidade das empresas vai além da obtenção de lucros, pois estas passam a ter de apresentar uma postura pública quanto à temática. Assim, ainda segundo Bertoncello e Júnior (2007), as pessoas/clientes passaram a ser mais conscientes à medida que procuram por produtos e práticas que gerem o bem-estar do meio ambiente. Consequentemente, as empresas tiveram de adequar-se ao novo perfil dos novos consumidores, realizando estratégias que potencializem o desenvolvimento econômico sustentável.

Diante disso, conferências e reuniões mundiais vêm ocorrendo para debater o que cada país deveria fazer para preservar o meio ambiente e para reduzir os gases poluentes. Conforme Passos (2009, p. 2), a Conferência de Estocolmo, ocorrida na Suécia no ano de 1972, foi a primeira conferência mundial voltada para os cuidados com o meio ambiente, tornando-se um marco histórico para a elaboração de políticas de gerenciamento ambiental. A partir disso, as empresas passaram a se preocupar mais com a forma de produção, atentando, além de preservar o meio ambiente, ao desejo de conquistar os consumidores mais conscientes por meio da adoção de projetos ecológicos que reduzam os impactos ambientais da produção. Para a implantação desses projetos, foram necessários investimentos, os quais tiveram de ser mensurados na contabilidade da empresa de forma clara e objetiva. Daí surge, então, a “contabilidade ambiental”.

No Brasil, a contabilidade ambiental já é regida por algumas normas específicas, mas ainda é considerada um complemento da contabilidade patrimonial. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no uso de suas atribuições, estabelece, por meio dos Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade (2008, p. 271), que os procedimentos e as informações relacionadas a ações sociais e ambientais que tenham como objetivo a divulgação pública da responsabilidade social da empresa devem ser efetuados como informação complementar às demonstrações contá-

beis, mas não se estabelecem como nota explicativa – a nota explicativa, conforme Ribeiro (2012, p. 447), é um complemento das demonstrações contábeis que facilitam sua interpretação.

A questão de preservação ambiental é um tema que envolve opiniões diversas de governantes, de educadores e da sociedade civil. As empresas, por exemplo, por serem as principais fontes poluentes, atualmente são solicitadas a cumprirem normas e legislações locais, visando a um menor impacto ambiental.

Entre os aspectos contábeis a serem avaliados, estão a aplicação das normas contábeis e o plano de contas para contabilização dos dados referentes às questões ambientais. Tendo isso em vista, o presente trabalho propõe para a Concessionária de Veículos em estudo que evidencie, em seus demonstrativos contábeis, as ações que promove em prol do meio ambiente de acordo com as normas estabelecidas pelo CFC para a contabilidade ambiental. Os aspectos contábeis envolvem a identificação de custos e despesas decorrentes de procedimentos ambientais, como controle da poluição, recuperação de danos e impostos incorridos na aquisição de equipamentos e serviços ambientais. Nesse sentido, “O ideal é segregar tanto os elementos contábeis diretamente ligados aos processos de controle de poluição quanto os decorrentes de processos de prevenção” (BARBIERI, 2007, p. 236).

Segundo Kroetz (2000), as exigências do mercado, influenciado pela globalização, por um público mais consciente e por investidores mais exigentes e preparados, têm feito com que as organizações publiquem suas demonstrações com maior transparência e qualidade, evidenciando os aspectos qualitativos do patrimônio e, ao mesmo tempo, a sua preocupação com o bem-estar social e ambiental. Com base nisso, esta pesquisa se justifica ao propor pensar a contabilidade ambiental para a empresa Holanda Veículos de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Concessionária Volkswagen, que desenvolve ações que demonstram preocupação com o meio ambiente. O estudo realizado possui como objetivo destacar a importância da contabilidade ambiental, identificando se a empresa Holanda Veículos de Palmeira das Missões realiza registros da contabilidade ambiental, especificamente nas demonstrações contábeis.

2 SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE MUNDIAL

É sob a lógica de Gadotti (2009), em sua obra “Educar para a Sustentabilidade”, que nesta seção se faz um conciso relato dos feitos e dos atos da sociedade mundial em relação à preocupação de um viver sustentável. A inquietação com o meio ambiente, além de não ser recente, não é um fato isolado nem uma questão particular de alguns países: é um problema mundial, que já foi posto em pauta por ecologistas ainda na segunda metade do século XX.

Essa preocupação persiste e foi “demonstrada” na Agenda 21 e no Fórum Global, documentos assinados em 1992 na RIO-92 pelos 173 chefes de Estados e de Governo presentes no evento mundial em busca uma melhor qualidade de vida para todas as nações. A Agenda 21 é um documento que intencionou colocar o mundo na rota do “desenvolvimento sustentável”, assumindo compromisso com as gerações futuras. Por sua vez, o Fórum Global, também na ânsia de uma “sociedade sustentável”, firmou a Carta da Terra e o Tratado da Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis e a Responsabilidade Global. Segundo Gadotti (2009, p. 13), tais documentos se relacionam com um novo modelo de desenvolvimento que segue uma nova sustentação ética, baseada em princípios e valores que deverão nortear a sociedade civil e os Estados no que se refere a um desenvolvimento sustentável.

A mobilização mundial em prol de uma sociedade sustentável continuou a tomar corpo no início do presente século. As Nações Unidas, no ano de 2002, lançaram a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (GADOTTI, 2009, p. 10), que iniciou no ano de 2005 e fina-

lizou no ano de 2014. Apesar de tais esforços, os problemas ambientais persistem, e os desafios para reverter ou preservar o meio ambiente ainda não foram superados (GADOTTI, 2009, p. 11).

Conforme coloca Gadotti (2009, p. 88), as poluições, a degradação ambiental e o tão debatido aquecimento global são de responsabilidade mundial, sem que seja possível identificar um ou outro indivíduo ou país como culpado. Por isso,

É preciso entender que a degradação ambiental é fundamentalmente resultado de uma política econômica pensada e praticada pelo primeiro mundo. Em geral, países pobres são julgados e condenados por seu desrespeito ao meio ambiente. Criam em nós a falsa ideia de que a degradação mora no terceiro mundo por responsabilidade e incompetência de nós mesmos. Esquecem de mencionar a história que gerou tal realidade e não destacam o tamanho da responsabilidade dos países mais ricos do planeta (GADOTTI, 2009, p. 88).

Por essa lógica, é sábio não querer formar um sistema ideologicamente único, o que seria uma iniciativa totalitária. Nesse sentido, os valores da Carta da Terra referenciada por Gadotti (2009, p. 88) são: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade compartilhada. Trata-se de um movimento da sociedade civil planetária para construir ideias e compartilhar valores com objetivo de uma vida justa e sustentável.

2.1 A importância da contabilidade

O profissional contábil evoluiu para assumir a gestão das empresas em diversas áreas, atuando com informações financeiras, patrimoniais e de produtividade para auxiliar nas decisões empresariais. A esse respeito, Cosenza (2001) aborda a evolução do pensamento contábil, descrevendo as perspectivas para a profissão do contador em um mundo globalizado. Para isso, estrutura um quadro demonstrativo das várias fases da contabilidade, fazendo uma proposição acerca do que a profissão deve estar preparada para enfrentar, relacionando-a com os valores dominantes de cada época e com o que se propõe a atender (Quadro 1).

Quadro 1 - Fases da contabilidade

Fases	Período	Valores dominantes	O que procuram atender
Contabilidade por empirismo	30.000 a.C. até 1202 d.C.	Intuição, bom senso e criatividade decorrente de dons inatos.	Responder ao conceito de propriedade.
Contabilidade por processo	1202-1950	Busca desenfreada da melhoria dos métodos, das técnicas e dos processos.	Responder às necessidades empresariais.
Contabilidade por resultado	1951-1970	Busca de procedimentos voltados para a melhoria da forma de evidenciação dos fatos patrimoniais.	Responder à necessidade de informações úteis.
Contabilidade por contingência	A partir de 1971	Satisfação das demandas presentes e futuras do empreendimento.	Responder às necessidades estratégicas.
Contabilidade e responsabilidade social	A partir da década de 90	Preservação ambiental, sustentabilidade dos recursos e democratização da qualidade de vida.	Responder aos anseios sociais de desenvolvimento local.

Fonte: adaptado de Cosenza (2001).

O CFC, a partir dos Pronunciamentos Técnicos Contábeis (2012, p. 10), descreve que a contabilidade com todos os seus relatórios financeiros tem como objetivos fornecer informações que sejam úteis aos investidores e credores, bem como auxiliar na tomada de decisões empresariais. Portanto, a contabilidade é essencial para a empresa, independente do porte, para que, além de escolher o regime tributário que melhor lhe beneficie, tome decisões precisas. Outro benefício

da contabilidade é o planejamento econômico da empresa, para que esta esteja sempre saudável em seus planos econômico e financeiro e para que não corra riscos com inadimplências perante funcionários, fornecedores e clientes, mantendo, assim, seu sucesso no mercado competitivo.

2.2 Contabilidade ambiental

A questão ambiental, mencionada anteriormente, diz respeito a toda sociedade civil e está ligada a diversos setores que a circundam, bem como àqueles que se referem ao desenvolvimento econômico e à educação. Nesse contexto, chama atenção a contabilidade ambiental, uma ferramenta inovadora para uma gestão sustentável, que fornece informações para criar soluções a fim de evitar ou diminuir os danos ambientais. Nesse sentido, a contabilidade deve desenvolver mecanismos que possibilitem a identificação, a mensuração e o registro de ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável, para que tais ações possam ser divulgadas e avaliadas, possibilitando que ações corretivas sejam implementadas em tempo hábil. Sendo assim, “a contabilidade como fonte de informação sobre a contribuição da empresa ao desenvolvimento sustentável pode coletar, analisar, mensurar e divulgar informações sobre a relação da empresa com o social, com o econômico e com o ecológico” (VELLANI; RIBEIRO, 2009 apud BEBBINGTON, 2001, p. 189).

Percebe-se que a contabilidade ambiental é um mecanismo da contabilidade utilizado para registrar transações da empresa que afetam, de algum modo, a natureza. Portanto, não se trata de uma nova contabilidade, mas de uma forma de oferecer informações adequadas e precisas às diferentes maneiras de gestão e/ou política ambiental de determinada empresa. Então, as empresas podem utilizar a contabilidade ambiental como fonte de informações úteis para tomadas de decisões em relação aos eventos incorridos nas atividades da sustentabilidade.

Mesmo não sendo cobradas, as empresas podem adotar a contabilidade ambiental, visto que, além de ser um diferencial, pode mostrar à organização as receitas geradas pela utilização de políticas ambientais. Nesse sentido, Vellani e Ribeiro (2009 apud RIBEIRO; CARVALHO, 2000, p. 189), “defendem a necessidade de a Contabilidade informar de forma eficaz sobre a contribuição das empresas ao desenvolvimento sustentável”. Até mesmo as empresas não poluentes adotam políticas relacionadas à conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, porque tal comportamento muda a imagem da empresa perante a sociedade. Não se pode falar em economia sem contabilizar seu impacto na natureza, fato que tem levado a sociedade a repensar sua prática em relação à questão da sustentabilidade.

Assim, contabilidade ambiental tem como objetivo registrar todos os fatos ocorridos e aqueles a ocorrer na empresa, visando à recuperação, preservação e conservação do meio ambiente e, também, às possíveis multas ou indenizações a terceiros decorrentes da degradação ambiental. Ademais, empresas que adotam esse tipo de gestão podem receber certificação, tais como ISO 14000, a qual será abordada na seção 2.4.

2.3 Contabilidade ambiental no Brasil

Na década de 1960, a população mundial começou a se conscientizar sobre os problemas ambientais, momento em que surgiram os primeiros movimentos ambientalistas. Passos e Camara (2003) relatam que a década de 1980 foi marcada pelo avanço da conscientização acerca da preservação ambiental, embora as empresas ainda vissem esse tema como uma questão de valores elevados, pois relacionavam a proteção do meio ambiente com investimentos sem retorno. Com o passar do tempo, as empresas começaram a associar a preservação e qualidade am-

biental à oportunidade de investimentos com retornos em longo prazo e, conseqüentemente, à vantagem competitiva. Já na década seguinte houve diversas conferências mundiais para debate sobre um futuro sustentável, como a ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, em que foi estabelecido um compromisso maior pelos países participantes com a redução de poluentes e o desenvolvimento sustentável (PASSOS, 2009, p. 7).

A contabilidade ambiental surgiu, assim, nos anos 70, quando empresas e consumidores passaram a se preocupar mais com os problemas ecológicos. Contudo, a contabilidade ambiental, de acordo com Ribeiro e Rossato (2013), só foi reconhecida como ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998.

De acordo com publicação da Revista Balanço Social (2012, p. 80), a contabilidade ambiental ainda não é obrigatória no Brasil, sendo considerado apenas um complemento da contabilidade patrimonial. Talvez por isso algumas empresas que adotam políticas ambientais ainda não possuam um plano de contas específico para custos de investimentos ambientais. Por essa razão, o CFC está treinando os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) para incorporar alterações visando à padronização da linguagem dos balanços socioambientais.

2.4 Sistema de gestão ambiental e a norma ISO 14000

A *International Standards Organization* (ISO), Organização Internacional de Padronização em português, fundada em Genebra, na Suíça, é constituída de membros de mais de 100 países, incluindo o Brasil. No Brasil, quem distribui as normas da ISO é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A ISO 14000 foi criada a partir do Grupo de Aconselhamento Estratégico, em 1991, com o objetivo de padronizar procedimentos produtivos e auditorias ambientais específicas, por meio de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que auxilia as empresas a cumprirem suas responsabilidades em relação ao meio ambiente. A ISO 14000 também certifica empresas que adotam suas normas para um desenvolvimento sustentável – a obtenção desse certificado pode trazer benefícios econômicos e a amortização e compensação dos investimentos destinados ao meio ambiente.

2.5 Balanço ambiental

No exercício da contabilidade ambiental, há o balanço ambiental/sustentável/social, que serve para evidenciar custos e investimentos da empresa relacionados a projetos ambientais. Serve, também, para divulgação de seus investimentos ambientais para acionistas, investidores e clientes (ASSIS et al., 2011).

O CFC, a partir dos Princípios Fundamentais da Contabilidade (2008, p. 273-274), estabelece que, para a Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental, os dados a serem divulgados sobre a interação da empresa com o meio ambiente devem abordar os investimentos de manutenção e melhoria do sistema de preservação ambiental, os investimentos referentes à preservação ou recuperação de áreas degradadas, os investimentos com a educação ambiental da comunidade e dos colaboradores da empresa, a quantidade de ações movidas contra a empresa decorrente de fatos ambientais, os valores de multas e indenizações a terceiros relativos ao meio ambiente, os passivos e as contingências ambientais, além de outras informações pertinentes e relevantes para a empresa. Essas informações devem ser descritas por um plano de contas específico para as atividades empresariais.

2.5.1 O plano de contas

O plano de contas é de suma importância para as atividades contábeis, pois sistematiza o modelo de informações para o sistema contábil de acordo com a necessidade empresarial. Sendo assim, é um elemento fundamental para os registros das informações socioambientais.

Dessa forma, as ações ambientais da empresa podem ser organizadas no plano de contas, permitindo a uniformização do tratamento de tais eventos e transações. Conforme Ribeiro (2013, p. 6), esse tipo de controle é possível para a produção de informações de sustentabilidade em formatos variados – tais como por períodos, por tipo de gasto e por produtos –, permitindo aperfeiçoar os relatórios de sustentabilidade em uso a partir da associação entre a informação financeira e os relatos das ações realizadas.

2.5.1.1 Ativos ambientais

O ativo ambiental é constituído de tudo aquilo que a empresa ou entidade possui para preservação, recuperação e proteção do meio ambiente. As características do ativo ambiental são diferentes de uma empresa para outra, pois dependem de qual projeto ambiental será adquirido pela empresa.

Os ativos ambientais consistem, assim, em todos os bens e direitos possuídos pela empresa para fins ambientais, podendo ser representados por peças e acessórios utilizados no processo de redução de poluentes; aquisição de máquinas e equipamentos; instalação, manutenção e controle; e pesquisas de novas tecnologias para melhoramento dos projetos ambientais. De acordo com Ribeiro (2013, p. 6), o exemplo de ativo ambiental mais recente são as certificações de redução de emissões de gases poluentes, as quais representam a compensação financeira gerada pela redução de poluentes.

2.5.1.2 Passivos ambientais

O passivo ambiental é constituído basicamente das contas de aquisição de algum bem ambiental para a empresa e de empréstimos com fins de investimentos de projetos ecológicos. O passivo ambiental é formado pelas obrigações em curto e longo prazo, consistindo em investimentos destinados para amenizar os danos causados à natureza ou, ainda, em multas ou indenizações que a empresa tenha de pagar a terceiros decorrentes da degradação ambiental. Já o patrimônio líquido ambiental é constituído do conjunto de contas do ativo e passivo e da reserva de lucros ambientais decorrentes de receitas geradas por meio dos projetos ambientais da empresa, conforme explicam Souza et al. (2011).

2.5.2 Despesas ambientais

As despesas ambientais são os gastos com mão de obra para reparos de danos, gastos para fins administrativos ambientais (energia, água, papel e similares), pagamento de impostos ambientais e gastos relativos aos benefícios proporcionados aos empregados, como qualificação profissional e cultural. Conforme Machado (2013, p. 15), despesas ambientais são: os gastos com a recuperação e reparação de danos com os fatos geradores correntes ou ainda com os passados não provisionados, como contingências; e gastos incorridos sem estar diretamente relacionados ao processo produtivo da empresa, como, por exemplo, gastos administrativos incorridos em função da causa ambiental e taxas decorrentes da legislação ambiental.

2.5.3 Receitas ambientais

De acordo com Ribeiro e Rossato (2013, p. 6), podem-se considerar como receitas ambientais a venda de produtos elaborados de sobras de insumos, a venda de produtos reciclados, a redução do consumo de matéria-prima e a redução do consumo de água ou de energia elétrica. A implantação de políticas ambientais não visa à geração de receitas para a empresa ou entidade, mas ao desenvolvimento de responsabilidade e conscientização quanto aos problemas ambientais. Isso não significa, contudo, que a empresa não possa tirar nenhum proveito econômico de suas ações ecológicas e sustentáveis.

O Modelo de Balanço Patrimonial, exposta a seguir, na Figura 1, e baseado nos estudos de Tinoco e Kraemer (2011), evidencia algumas das contas necessárias para o registro contábil das ações ambientais.

Figura 1 - Modelo de plano de contas – adaptações da contabilidade ambiental

PLANO DE CONTAS AMBIENTAL	
ATIVO 1 – ATIVO – ATIVO CIRCULANTE – Disponível – Caixa – Banco conta movimento – Aplicações financeiras – Créditos – Clientes – Clientes Ambientais – Subvenções ambientais a receber – Créditos por serviços de assessoria ambiental – Estoques – Matérias-primas – Produtos em processo – Produtos acabados – – Produtos reciclados e subprodutos – Insumos ambientais – Embalagens ambientais – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Investimentos – Participação em outras sociedades ambientais – Participação em fundos de investimentos ambientais – – Imobilizado – Terrenos – Jazidas e minas – Obras civis – Equipamentos ambientais – Instalações ambientais – Depreciação e exaustão acumulada (-) – Intangível – Projetos de gestão ambiental – Treinamento ambiental – Gastos de reorganização ambiental – Amortização acumulada ambiental (-)	PASSIVO 2- PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2.1 – PASSIVO CIRCULANTE 2.1.1 – Empréstimos e financiamentos 2.1.1.1 – Financiamentos ambientais 2.1.2 – Fornecedores 2.1.2.1 – Fornecedores de bens e serviços de proteção e recuperação ambiental 2.1.3 – Obrigações 2.1.3.1 – Multas por danos ambientais 2.1.3.2 – Indenizações por danos ambientais 2.1.1.3 – Impostos verdes 2.1.4 – Provisões 2.1.4.1 – Multas por danos por danos ambientais 2.1.4.2 – Indenizações por danos ambientais 2.1.4.3 – Aquisição de bens e serviços de proteção e recuperação ambiental 2.1.4.4 – Impostos verdes 2.2 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE 2.2.1 – Empréstimos e financiamentos 2.2.1.1 – Fornecimento de bens e serviços de proteção e recuperação ambiental 2.2.3 – Obrigações 2.2.3.1 – Multas por danos ambientais 2.2.3.2 – Indenizações por danos ambientais 2.2.3.3 – Impostos verdes 2.2.4 – Provisões 2.2.4.1 – Multas por danos ambientais 2.2.4.2 – Indenizações por danos ambientais 2.2.4.3 – Aquisição de bens e serviços de proteção e recuperação ambiental 2.2.4.4 – Impostos verdes 2.3 – RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS 2.4 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2.4.1 – Capital social 2.4.2 – Reservas de lucros 2.4.2.1 – Reserva contingencial para multas por danos ambientais 2.4.2.2 – Reserva contingencial para indenização de danos ambientais 2.4.2.3 – Reserva contingencial para aquisição de bens e serviços de recuperação ambiental 2.4.2.4 – Reserva contingencial para impostos verdes 2.4.3 – Lucros ou prejuízos acumulados

Fonte: adaptado de Tinoco e Kraemer (2011).

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado classifica-se, com base em seus objetivos, como estudo de caso. De acordo com Gil (2008, p. 57), estudo de caso é um tipo de pesquisa amplamente utilizada que se caracteriza pelo estudo exaustivo e profundo de um ou mais objetos e permitindo o alto detalhamento e conhecimento de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto específico.

Neste estudo, considerou-se universo de pesquisa a empresa Holanda Veículos Concessionária Volkswagen de Palmeira das Missões, a qual contribuiu com dados referentes ao plano de contas para elaboração do presente estudo. A empresa em questão atua na revenda de veículos novos e usados e na assistência técnica especializada, além de comercializar peças originais.

Como instrumento de coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada de cunho exploratório descritivo, no mês de novembro de 2014, com o gestor e proprietário da empresa. Procedeu-se, ainda, à observação e análise do plano de contas utilizado pela empresa para os demonstrativos contábeis dos anos de 2012 a 2014, com o objetivo de analisar se esta apresentava contas específicas para descrever as práticas relacionadas à contabilidade ambiental. Os dados obtidos na entrevista e na análise documental foram transcritos e analisados qualitativamente.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao analisar a empresa em estudo, verificou-se que os principais projetos ambientais realizados por ela são: a captação da água da chuva, que é utilizada principalmente para lavagem dos automóveis, e a decantação da água, que, por sair da lavagem contaminada com produtos químicos, antes de ser liberada na natureza, passa pelo processo de decantação. Ressalta-se que a água armazenada pode ser utilizada de diversas maneiras por empresas e residências. No processo de decantação, as partículas mais densas que a água são depositadas no fundo do decantador, e a água, que é menos densa, é filtrada para outro recipiente (RODRIGUES, 2015). Tal processo foi implantado na empresa Holanda Veículos de Palmeira das Missões há aproximadamente 20 anos.

A empresa Holanda Veículos, além de adotar os projetos ecológicos de captação e decantação da água, possui coleta seletiva de lixo e também provê a destinação correta a óleos e suas embalagens. No entanto, em análise documental do plano de contas e entrevista com o gestor, verificou-se que os aspectos dos registros contábeis referente às ações ambientais não são realizados em contas específicas, conforme demonstra o plano de contas utilizado na empresa. Notou-se, assim, que a empresa não registra a contabilidade ambiental.

Com base nos estudos realizados e também no referencial teórico que norteia esta pesquisa, considera-se que a empresa Holanda Veículos de Palmeira das Missões realiza ações para impedir os efeitos decorrentes da poluição gerada pelos serviços prestados diariamente. As ações ambientais resultam de uma tomada de decisão e de uma postura transformadora, em que a empresa centra suas ações/atensões sobre os possíveis efeitos negativos de seus processos produtivos mediante soluções pontuais.

A empresa procura atuar sobre os produtos e processos para prevenir a geração de poluição, com vistas a uma prestação de serviço mais eficiente, poupando materiais e energia em diferentes fases do processo produtivo dos serviços e da comercialização de produtos. O combate à poluição e sua prevenção, assim como a redução de poluentes na fonte, significam recursos poupados, o que permite produzir os serviços com menos insumos. Nesse sentido, os resultados esperados de um programa de prevenção de poluição são os mesmos de qualquer programa de redução de custos ou de melhoria

da produtividade: redução dos passivos ambientais, melhora geral das condições de trabalho, consumidores mais satisfeitos e melhor imagem da empresa no mercado econômico.

Contudo, a contabilidade ambiental é uma ferramenta de auxílio para gestores, investidores e contadores, independente do porte da empresa e de suas políticas ambientais. Dessa forma, a empresa que adota a contabilidade ambiental para identificar, em seu plano de contas, os investimentos ecológicos têm como benefício informações precisas sobre custos de investimentos e gastos com manutenção.

No entanto, observou-se que os aspectos dos registros contábeis referente às ações ambientais não são realizados em contas específicas, conforme demonstra o plano de contas utilizado na empresa. Verificou-se, assim, a necessidade de maiores informações técnicas a respeito da contabilidade ambiental, que vão desde o seu registro até a sua aplicação na prática.

Constatou-se que a empresa está procurando elaborar contas específicas para as medidas ecológicas por ela adotadas. Diante disso, sugeriu-se à empresa um plano de contas elaborado com base nos dados de Kramer e Tinoco (2011). O plano de contas sugerido elenca contas de Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, em que será possível registrar os eventos ambientais e processar e gerar informações que subsidiem os usuários da contabilidade, servindo como parâmetro para a tomada de decisão.

Tendo isso em vista, é fundamental a união entre universidades e empresas, com o objetivo de aprofundar estudos sobre contabilidade ambiental. Como a preservação do meio ambiente é o aspecto crucial às organizações, entende-se que o papel da contabilidade é incentivar as empresas a implantarem práticas que contemplem a contabilidade ambiental.

5 LIMITAÇÕES

Apesar da escassez de material sobre o tema, evidencia-se a necessidade de aprofundar os estudos nesta área. Por ser um tema relativamente novo, muito pode ser discutido, considerando que não está regulamentada a prática da contabilidade ambiental. Nesse contexto, um dos fatores limitantes deste estudo foi o acesso à documentação contábil e às demais informações da empresa quanto aos registros contábeis.

6 RECOMENDAÇÕES DE ESTUDOS

Para estudos futuros, sugere-se que as empresas divulguem suas informações de cunho social e ambiental, segundo a ótica da contabilidade ambiental. Isso permitirá uma melhor avaliação de suas atividades e de sua intenção para com a natureza, atendendo, assim, às expectativas dos investidores e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Perla Roberta Pignatta de; BRAZ, Eliane Marta Quiñones; SANTOS, Carlos Lopes dos. Contabilidade ambiental. **Revista Ceciliana**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 13-16, jun. 2010.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BERTONCELLO, Silvio Luiz Tadeu; JÚNIOR, João Chang. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **Facom**, São Paulo, n. 17, p. 70-76, 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Pronunciamentos técnicos contábeis 2012**. Brasília: CFC, 2013.
- COSENZA, José Paulo. Perspectivas para a profissão contábil num mundo globalizado: um estudo a partir da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 130, p. 43-63, jul./ago. 2001.
- DAVID, Afonso Rodrigo. Contabilidade ambiental. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 9., 2003, Gramado. **Anais...** Gramado, 2003. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t31.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2013.
- GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: Uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GARCIA, Ronise Siqueira Mendes; OLIVEIRA, Daniele Lopes. Contabilidade Ambiental: História e Função. **Gestão & Tecnologia**, p. 11-16, set./out. 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- KROETZ, C. E. S. **Balanco social**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MACHADO, Carla Mara. **Contabilidade ambiental: o papel da contabilidade na evidencição de investimentos, custos e passivos ambientais**, 2013. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/CONTABILIDADE%20AMBIENTAL_%20O%20PAPEL%20DA%20CONTABILIDADE%20NA.pdf>. Acesso em: 06 maio 2013.
- MACIEL, Carolina Veloso et al. Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, n. 11, p. 137-158, 2009.
- PASSOS, Luís Antônio Niro; CAMARA, Marcia Regina Gabardo. A evolução da Gestão Ambiental em empresas industriais: Um estudo nas pequenas e médias empresas do setor químico. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3., 2003., Brasília. **Anais...** Brasília: UEM/Uel/UnB, 2003. p. 352-364.
- PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009.
- REVISTA BALANÇO SOCIOAMBIENTAL 2012: A CIÊNCIA CONTÁBIL CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2013.
- RIBEIRO, Caroline do Amaral; ROSSATO, Marivane Vestena. **Algumas visões a cerca da Contabilidade Ambiental no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.econ.uba.ar/www/institutos/secretaradeinv/>>

ForoContabilidadAmbientaI/resumenes/Ribeiro_rossato.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

RIBEIRO, Maísa de Souza. Contabilidade e Sustentabilidade. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 15, p. 6-7, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 8. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Fernando Neris. **Caracterização dos resíduos da estação de tratamento de água da UFLA e aproveitamento na confecção de tijolos de solo-cimento**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2015.

SOUZA, André Luis de; CARMO, Elizangela Andion Silva do; LUZ, Mateus Costa. **As vantagens da utilização da contabilidade ambiental**, 2011. Disponível em: <<http://www.vsilva.com.br/dados/TCC.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. Sustentabilidade e Contabilidade, **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, ano 06, v. 1, n. 11, p. 187-206, 2009.